



Mário Abrantes

O Hospital da Lagoa, a saúde em negócio ou o negócio da doença?

Numa demonstração clara de como gere o setor privado as suas unidades e cuidados de saúde comparticipados por fundos públicos, bem como a relação com os seus trabalhadores, utentes e profissionais do Hospital Internacional dos Açores (HIA) foram no passado dia 20 do corrente surpreendidos e confrontados de forma irrevogável, pela voz do presidente do conselho de administração, com a venda desse hospital ao Grupo CUF da Saúde.

Um dia depois do anúncio da venda, num congresso internacional sobre a saúde nos Açores, da iniciativa do próprio hospital, o mesmo dirigente fazia um apelo veemente ao Presidente do Governo para uma maior cooperação da Região com o setor privado da saúde e mais concretamente com o HIA.

Ao abrigo da “lei” do segredo do negócio, utentes e profissionais do hospital, além dos poderes públicos que ajudaram a financiá-lo, foram assim pura e simplesmente arredados, sem possibilidades de escrutínio democrático, de uma importante decisão que lhes diz diretamente respeito e que certamente interferirá de forma significativa com o seu futuro. No entanto, o investimento na construção do hospital foi suportado em mais de 50% por dinheiros públicos. Só a comparticipação comunitária sobre os 30 milhões do valor da obra foi na ordem dos 17 milhões de euros, e isto sem contar com a cedência gratuita pela Câmara Municipal da Lagoa dos terrenos onde foi construído, trazendo à pala, ao que parece, a autorização de construção de mais um hotel logo ao lado.

Agregando depois os rendimentos provenientes das convenções com o Serviço Regional de Saúde e a ADSE, na prestação dos cuidados hospitalares, conclui-se assim que este hospital, à custa de dinheiros públicos, proporcionou aos seus promotores e acionistas o acesso a uma volumosa fonte de acumulação privada de riqueza. Objetivo este que já estaria certamente na sua mira

aquando da construção do hospital, muito embora nessa altura e numa clara manobra de diversão tenham garantido que ele se destinaria essencialmente ao turismo de saúde, dirigido para o mercado norte-americano...

No ato de transação do hospital, de forma legal mas nem por isso menos perversa (como em muitas outras situações criadas pelo sistema neoliberal dominante), os cofres públicos não serão senão simbolicamente ressarcidos pela sua contribuição para a instituição, por mais rendimentos que ela já tenha proporcionado aos seus proprietários. Em resumo, isto quer dizer que, mesmo se o hospital vier a ser vendido ao Grupo CUF por preço inferior ao do seu valor, os atuais donos poderão ainda assim ganhar bastante com a venda, e se for pago pelo seu valor real constituirá então para eles um super-negócio. O que lucrou então o Serviço Regional de Saúde com esta “cooperação”? A fuga dos seus médicos e enfermeiros por falta de condições, o desinvestimento na investigação, na tecnologia ou no atendimento? A manutenção das listas de espera imensas? A falta de especialistas e de cuidados?

E o que significa assim o apelo do presidente do HIA à ainda maior cooperação do Serviço Regional de Saúde com o setor privado, infelizmente bem acolhido na resposta que o Presidente do Governo Regional então lhe deu?

Para já os números nacionais canalizam 41% do dinheiro público da saúde para o setor privado, onde o Grupo CUF é um dos maiores usufrutuários. Assim, de 375 milhões do orçamento regional para 2023, com a compra do HIA, o Grupo CUF já tem em mira mais 150 milhões para o “negócio da doença”. A prevenção da doença e a promoção da saúde sobram para o Serviço Regional de Saúde! É esta a “maior cooperação” desejável por alguém a quem a saúde, como um direito de todos e das 9 ilhas, até pode ser prejudicial ao negócio...



Nuno Costa Santos

A primeira forma de cosmopolitismo

Agora que passam alguns dias do final do Arquipélago de Escritores, revisito-o como memória e como projecção do que ainda poderá ser. Chega-me uma frase dita pelo escritor José Carlos Barros na entrevista que deu, perto da Igreja Matriz de Ponta Delgada, à jornalista Marta Silva, exímia na forma como conduziu o excelente programa da RTP Açores sobre as ocorrências do encontro. Valorizou muito o facto de ter sido convidado para um “evento que assenta em grande parte nessa ideia de uma tradição de literatura açoriana”. O sublinhar dessa tradição feito por um autor com histórico na área da criação literária e que venceu no ano passado o prémio Leya com o romance “As Pessoas Invisíveis”.

Um dos propósitos do encontro, dito não por nós, organizadores, mas por alguém que muito admiramos, nascido em Boticas no ano de 1963, e que, tendo obra importante na poesia e na ficção, veio a Ponta Delgada para uma reunião informal com os leitores e os entrevistadores. O jornalista Rui Pedro Paiva, numa peça publicada no jornal Público, seguiu o mesmo trilho: “Este é um dos méritos do Arquipélago de Escritores: associar a cultura ao território, redescobrir a literatura açoriana (o homenageado deste ano foi Vasco Pereira Costa) e motivar a discussão entre diferentes disciplinas”. É por aqui, sem inquietações de outros tempos, sem sombras e complexos. Literatura açoriana. Literatura dos Açores. Literatura que parte daqui (das nove ilhas ou das emigrações, incluindo a continental). A merecer um museu ou um centro de interpretação que consagre essa genealogia e renovados ventos, a pedir mais atenções – pelos dentro e por quem nos visita. Que

melhor forma de conhecer este lugar e as suas extensões do que pelas suas melhores vozes literárias – tão abrangentes e diferentes, que vão de Martins Garcia a Maria Brandão? Tal como acontece noutros sítios insulares. Como a Islândia. A propósito: acaba de ser inaugurada uma exposição em Ponta Delgada, no espaço cultural Vaga, “Códigos Comuns”, que consagra um diálogo entre os Açores e a Islândia, território periférico como o nosso. Os artistas islandeses convidados partilharam as primeiras impressões “Há muitas semelhanças entre a Islândia e os Açores – do vulcanismo às praias de areia preta”. As diferenças culturais são várias e vão além da temperatura. E, como foi notado, só enriquecem o diálogo. Eles não falaram do assunto mas sublinho-o: a Islândia tem níveis de literacia muito superiores aos Açores e Reykjavik é uma cidade literária da UNESCO. Um exemplo até por aí.

Escrevo a crónica num recanto da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Levanto-me e, à saída, volto a visitar a exposição sobre Pedro da Silveira. Encontro uma sentença: “A nossa filosofia foi sintonizarmos a ‘nossa’ literatura com os Açores sem esquecermos uma participante cidadania do mundo”. Uma filosofia que conhecia mas que nunca havia lido formulada deste modo. Rima mais ou menos inesperada para o momento.

Valorizar os de casa, gesto cada vez mais invulgar em tempos de deslumbres imediatos, e receber num chão de tradição literária escritas de várias partes. Conexões com os outros, sim, sem esquecer um dado essencial, muitas vezes esquecido. Uma das primeiras formas de cosmopolitismo é valorizar o que de melhor se tem.